



## RESPOSTAS DAS QUESTÕES

### Direito Constitucional

#### 1ª Questão

Disserte sobre a evolução da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca da eficácia da decisão que julga procedente o Mandado de Injunção.

**Resposta:** Inicialmente, o STF entendia que o mandado de injunção seria ação que visa obter do Poder Judiciário a **declaração de inconstitucionalidade da omissão** se estiver caracterizada a mora em regulamentar por parte do poder, órgão, entidade ou autoridade de que ela dependa, com a finalidade de que se lhe dê **ciência dessa declaração**, para que **adote as providências necessárias para supri-la**, a semelhança do que ocorre com a ação direta de inconstitucionalidade por omissão (art. 103, § 2º, CF). Todavia, após o julgamento dos Mandados de Injunção 721/DF e 758/DF, a jurisprudência do STF passou a adotar a tese de que se trata de ação **mandamental** e não simplesmente declaratória de omissão. Assim, nessa percepção, o mandado de injunção destina-se à **concretização**, caso a caso, do direito constitucional não regulamentado, assentando, ainda, que com ele não se objetiva apenas declarar a omissão legislativa, dada a sua natureza nitidamente mandamental. A declaração da omissão não é objeto da impetração, mas premissa da ordem a ser formalizada. Nesta perspectiva, o próprio Poder Judiciário se encarrega de suprir, caso a caso, a situação de lacuna normativa, como, por exemplo, mediante o emprego da **analogia**.

#### 2ª Questão

O Governador do Estado do Amazonas possui legitimidade para impugnar, por meio de ação direta de inconstitucionalidade, uma lei do Estado de São Paulo? A resposta deve ser justificada, não recebendo pontuação o candidato que se limite a responder sim ou não.

**Resposta:** Sim. No entanto, o Supremo Tribunal Federal já decidiu que, quando o Governador de um Estado impugna lei de outro Estado, ele deverá demonstrar que há uma repercussão do ato para os interesses do seu Estado. Isso é a pertinência temática (ADI 2.747, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 16.5.2007). O Governador do Estado é um legitimado ativo especial (não universal). Logo, ele somente poderá propor Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação

Declaratória de Constitucionalidade contra leis ou atos normativos que tratem sobre matérias que digam respeito às funções ou objetivos do órgão ou entidade. Será necessário que ele prove o seu interesse específico no julgamento daquela ação. A isso se dá o nome de pertinência temática.

## **Direito Administrativo**

### 1ª Questão

A XYZ do Amazonas S/A detém natureza jurídica de sociedade de economia mista prestadora de serviço público. Com base nessa informação, explique fundamentadamente: a) a forma de sua criação, indicando o momento da aquisição da personalidade jurídica; b) o regime jurídico de seus bens; c) a forma e o regime jurídico de contratação de pessoal; d) se goza de imunidade tributária.

**Resposta:** a) A criação de sociedade de economia mista depende de autorização em lei específica (CR/88, art. 37, XIX), adquirindo personalidade jurídica com o registro do seu ato constitutivo (estatuto social) na Junta Comercial (Registro Público de Empresas Mercantis) da respectiva circunscrição (CC, art. 45, 967 e 1.150); b) tem natureza jurídica de bens privados, no entanto sujeitos à proteção jurídica dos bens públicos (impenhorabilidade e imprescritibilidade) quando afetos à prestação do serviço; c) forma de contratação: concurso público; regime jurídico: CLT; d) de acordo com entendimento jurisprudencial, embora as sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica não gozem de imunidade tributária (CR/88, art. 173, 2º), as prestadoras de serviço desfrutem desse privilégio, pelo fato de não exercerem atividade de mercado, não ferindo a livre concorrência (STF. Plenário. RE 627051/PE, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 12/11/2014, noticiado no Informativo n. 767/STF).

### 2ª Questão

Nos termos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, é possível a oposição da exceção do contrato não cumprido em face da Administração Pública? A resposta deve ser justificada, não recebendo pontuação o candidato que se limite a responder sim ou não.

**Resposta:** Sim. Contudo, em virtude da Lei n. 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) estabelecer um regime diferenciado para os contratos administrativos, no qual se estabelece um patamar de superioridade ao Poder Público contratante, baseado na supremacia do interesse público em face do particular (consistentes nas chamadas cláusulas exorbitantes), a legislação em comento limita a oposição da exceção do contrato não cumprido por parte do particular apenas se ocorrer o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados.

## **Direito Processual Civil**

### 1ª Questão

Discorra sobre o regime de impugnabilidade, no primeiro grau, das decisões interlocutórias no Novo Código de Processo Civil.

**Resposta:** O Novo CPC alterou, substancialmente, o sistema de recorribilidade das decisões interlocutórias em relação ao CPC/73. O novo diploma criou duas classes de decisões interlocutórias: (i) as que são impugnadas mediante a utilização do recurso de agravo de instrumento e (ii) as que poderão ser atacadas em preliminar do recurso de apelação, eventualmente interposto contra a decisão final, ou nas respectivas contrarrazões, uma vez que ditas decisões não serão mais objeto de preclusão. Assim, diante de determinada decisão interlocutória, caberá ao recorrente perquirir qual modalidade recursal é cabível para impugná-la: *agravo de instrumento* ou *apelação*. Caberá agravo de instrumento quando a decisão interlocutória estiver elencada no rol do art. 1.015 do CPC, de forma expressa e taxativa. Desse modo, apenas as decisões lá constantes comportarão essa modalidade recursal. Caso a decisão interlocutória proferida não esteja incluída no rol referido, a parte deverá aguardar a sentença e, quando manejar o recurso de apelação contra a decisão final, também impugnar, desde que permaneça o interesse, a decisões interlocutórias proferidas ao longo do processo e não sujeitas à preclusão.

### 2ª Questão

A pretexto de cobrar uma dívida decorrente de prestação de serviço, João adentrou as dependências de um supermercado de Manaus-AM e foi confundido com um assaltante, razão pela qual o gerente do referido estabelecimento comercial acionou a Polícia Civil.

João foi levado direto para uma penitenciária local, vindo a ser denunciado pelo Ministério Público Estadual, sendo que, seis meses depois, convencido de que não haveria provas suficientes, o próprio Parquet requereu o arquivamento do processo, o que foi deferido pelo juiz da causa.

Inconformado com a sua prisão indevida, através de um advogado, João ingressou com ação de indenização (danos morais e materiais) exclusivamente contra o mencionado estabelecimento comercial, ação que veio a ser distribuída a uma das varas cíveis de Manaus.

Sucedeu que, após ser validamente citado, em sede de contestação, entre outras matérias, ao argumento de que o Estado do Amazonas também teria participação nos danos causados ao autor, o réu requereu a citação da referida entidade de direito público na qualidade de litisconsorte necessária.

O juiz deve deferir o requerimento formulado pelo réu? A resposta deve ser justificada, não recebendo pontuação o candidato que se limite a responder sim ou não.

**Resposta:** O caso em questão versa sobre responsabilidade solidária, sendo consequência de tal instituto a possibilidade do prejudicado escolher contra quem lhe seja mais conveniente propor eventual ação indenizatória. Portanto, inegavelmente, se está diante de hipótese de litisconsórcio facultativo e não de necessário, razão pela qual nem mesmo o juiz pode determinar a formação do litisconsórcio. O pedido deve ser indeferido.



## RESPOSTAS DAS QUESTÕES

### Direito Constitucional

#### 1ª Questão

Disserte sobre a evolução da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca da eficácia da decisão que julga procedente o Mandado de Injunção.

**Resposta:** Inicialmente, o STF entendia que o mandado de injunção seria ação que visa obter do Poder Judiciário a **declaração de inconstitucionalidade da omissão** se estiver caracterizada a mora em regulamentar por parte do poder, órgão, entidade ou autoridade de que ela dependa, com a finalidade de que se lhe dê **ciência dessa declaração**, para que **adote as providências necessárias para supri-la**, a semelhança do que ocorre com a ação direta de inconstitucionalidade por omissão (art. 103, § 2º, CF). Todavia, após o julgamento dos Mandados de Injunção 721/DF e 758/DF, a jurisprudência do STF passou a adotar a tese de que se trata de ação **mandamental** e não simplesmente declaratória de omissão. Assim, nessa percepção, o mandado de injunção destina-se à **concretização**, caso a caso, do direito constitucional não regulamentado, assentando, ainda, que com ele não se objetiva apenas declarar a omissão legislativa, dada a sua natureza nitidamente mandamental. A declaração da omissão não é objeto da impetração, mas premissa da ordem a ser formalizada. Nesta perspectiva, o próprio Poder Judiciário se encarrega de suprir, caso a caso, a situação de lacuna normativa, como, por exemplo, mediante o emprego da **analogia**.

#### 2ª Questão

O Governador do Estado do Amazonas possui legitimidade para impugnar, por meio de ação direta de inconstitucionalidade, uma lei do Estado de São Paulo? A resposta deve ser justificada, não recebendo pontuação o candidato que se limite a responder sim ou não.

**Resposta:** Sim. No entanto, o Supremo Tribunal Federal já decidiu que, quando o Governador de um Estado impugna lei de outro Estado, ele deverá demonstrar que há uma repercussão do ato para os interesses do seu Estado. Isso é a pertinência temática (ADI 2.747, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 16.5.2007). O Governador do Estado é um legitimado ativo especial (não universal). Logo, ele somente poderá propor Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação

Declaratória de Constitucionalidade contra leis ou atos normativos que tratem sobre matérias que digam respeito às funções ou objetivos do órgão ou entidade. Será necessário que ele prove o seu interesse específico no julgamento daquela ação. A isso se dá o nome de pertinência temática.

## **Direito Administrativo**

### 1ª Questão

A XYZ do Amazonas S/A detém natureza jurídica de sociedade de economia mista prestadora de serviço público. Com base nessa informação, explique fundamentadamente: a) a forma de sua criação, indicando o momento da aquisição da personalidade jurídica; b) o regime jurídico de seus bens; c) a forma e o regime jurídico de contratação de pessoal; d) se goza de imunidade tributária.

**Resposta:** a) A criação de sociedade de economia mista depende de autorização em lei específica (CR/88, art. 37, XIX), adquirindo personalidade jurídica com o registro do seu ato constitutivo (estatuto social) na Junta Comercial (Registro Público de Empresas Mercantis) da respectiva circunscrição (CC, art. 45, 967 e 1.150); b) tem natureza jurídica de bens privados, no entanto sujeitos à proteção jurídica dos bens públicos (impenhorabilidade e imprescritibilidade) quando afetos à prestação do serviço; c) forma de contratação: concurso público; regime jurídico: CLT; d) de acordo com entendimento jurisprudencial, embora as sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica não gozem de imunidade tributária (CR/88, art. 173, 2º), as prestadoras de serviço desfrutem desse privilégio, pelo fato de não exercerem atividade de mercado, não ferindo a livre concorrência (STF. Plenário. RE 627051/PE, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 12/11/2014, noticiado no Informativo n. 767/STF).

### 2ª Questão

Nos termos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, é possível a oposição da exceção do contrato não cumprido em face da Administração Pública? A resposta deve ser justificada, não recebendo pontuação o candidato que se limite a responder sim ou não.

**Resposta:** Sim. Contudo, em virtude da Lei n. 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) estabelecer um regime diferenciado para os contratos administrativos, no qual se estabelece um patamar de superioridade ao Poder Público contratante, baseado na supremacia do interesse público em face do particular (consistentes nas chamadas cláusulas exorbitantes), a legislação em comento limita a oposição da exceção do contrato não cumprido por parte do particular apenas se ocorrer o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados.

## **Direito Processual Civil**

### 1ª Questão

Discorra sobre o regime de impugnabilidade, no primeiro grau, das decisões interlocutórias no Novo Código de Processo Civil.

**Resposta:** O Novo CPC alterou, substancialmente, o sistema de recorribilidade das decisões interlocutórias em relação ao CPC/73. O novo diploma criou duas classes de decisões interlocutórias: (i) as que são impugnadas mediante a utilização do recurso de agravo de instrumento e (ii) as que poderão ser atacadas em preliminar do recurso de apelação, eventualmente interposto contra a decisão final, ou nas respectivas contrarrazões, uma vez que ditas decisões não serão mais objeto de preclusão. Assim, diante de determinada decisão interlocutória, caberá ao recorrente perquirir qual modalidade recursal é cabível para impugná-la: *agravo de instrumento* ou *apelação*. Caberá agravo de instrumento quando a decisão interlocutória estiver elencada no rol do art. 1.015 do CPC, de forma expressa e taxativa. Desse modo, apenas as decisões lá constantes comportarão essa modalidade recursal. Caso a decisão interlocutória proferida não esteja incluída no rol referido, a parte deverá aguardar a sentença e, quando manejar o recurso de apelação contra a decisão final, também impugnar, desde que permaneça o interesse, as decisões interlocutórias proferidas ao longo do processo e não sujeitas à preclusão.

### 2ª Questão

A pretexto de cobrar uma dívida decorrente de prestação de serviço, João adentrou as dependências de um supermercado de Manaus-AM e foi confundido com um assaltante, razão pela qual o gerente do referido estabelecimento comercial acionou a Polícia Civil.

João foi levado direto para uma penitenciária local, vindo a ser denunciado pelo Ministério Público Estadual, sendo que, seis meses depois, convencido de que não haveria provas suficientes, o próprio Parquet requereu o arquivamento do processo, o que foi deferido pelo juiz da causa.

Inconformado com a sua prisão indevida, através de um advogado, João ingressou com ação de indenização (danos morais e materiais) exclusivamente contra o mencionado estabelecimento comercial, ação que veio a ser distribuída a uma das varas cíveis de Manaus.

Sucedeu que, após ser validamente citado, em sede de contestação, entre outras matérias, ao argumento de que o Estado do Amazonas também teria participação nos danos causados ao autor, o réu requereu a citação da referida entidade de direito público na qualidade de litisconsorte necessária.

O juiz deve deferir o requerimento formulado pelo réu? A resposta deve ser justificada, não recebendo pontuação o candidato que se limite a responder sim ou não.

**Resposta:** O caso em questão versa sobre responsabilidade solidária, sendo consequência de tal instituto a possibilidade do prejudicado escolher contra quem lhe seja mais conveniente propor eventual ação indenizatória. Portanto, inegavelmente, se está diante de hipótese de litisconsórcio facultativo e não de necessário, razão pela qual nem mesmo o juiz pode determinar a formação do litisconsórcio. O pedido deve ser indeferido.